

Pretos e pobres, parecidos mas não iguais: desigualdades

raciais em áreas pobres.

André Augusto Brandão

Doutor em Ciências Sociais pela UERJ

Professor do Mestrado em Política Social da UFF

Professor e pesquisador do PENESB-UFF

Sub-coordenador do Projeto Políticas de Ação Afirmativa na UFF (Programa Políticas da Cor / LPP – UERJ)

brandaouff@hotmail.com

1 - Introdução

O objetivo deste artigo é discutir as desigualdades ocupacionais e educacionais entre brancos e afro-descendentes em um contexto específico. Mais precisamente, trabalhamos com dados coletados em pesquisa por nós realizada em dois bairros periféricos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Pretendemos demonstrar que mesmo situações extremas de pobreza coletiva, não homogeneizam estes dois agrupamentos raciais do ponto de vista das performances sociais em geral e ocupacionais em particular, que podem ser alcançadas.

Estes dados acima referidos foram coletados em julho de 2000, através de questionários sócio-econômicos aplicados em uma amostra de 400 domicílios de um grande bairro da periferia de São Gonçalo-RJ e na totalidade dos 292 domicílios de um pequeno bairro da periferia de Itaboraí-RJ.

Ambos, são municípios que concentram uma população com características sócio-econômicas que, estatisticamente, perfazem índices piores que os do conjunto do Estado do Rio de Janeiro, seja na renda dos moradores ou na infraestrutura urbana. São municípios também, com alto índice de violência: Itaboraí era em 1997 o segundo município do Estado do Rio de Janeiro em mortes por causas externas por 100.000 habitantes, e São Gonçalo era o 12º, ainda na frente da cidade do Rio de Janeiro.

Itaboraí e São Gonçalo herdaram a pobreza econômica que caracteriza o antigo Estado do Rio de Janeiro. Ambos são também áreas de expansão urbana do conjunto da metrópole desde os anos 1970. Neste sentido, apresentam elevada taxa de crescimento entre 1970 e 2000, bem acima daquela alcançada pelo conjunto do Estado do Rio de Janeiro, o que parece apontar para a existência de periferias ainda abertas, passíveis de receber populações pobres que se deslocam de outras áreas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Além disto, em artigo recente, VALLADARES & PRETECEILLE (2000) fazem uma classificação de setores censitários a partir de uma tipologia de urbanização, na qual o pior tipo seria aquele onde somente ¼ dos domicílios tem acesso à água

encanada, há quase nenhuma cobertura sanitária básica e somente cerca de ¼ de domicílios tem coleta de lixo. Em 1991, na cidade do Rio de Janeiro, dos 1117 setores censitários considerados “favela” pelo IBGE, somente 3,13% estavam neste pior tipo. Já em Itaboraí, de seus 190 setores censitários (e nenhum destes era considerado “favela” pelo IBGE), 81,57% estavam neste pior tipo. Em São Gonçalo a situação era menos drástica, porém muito abaixo daquela do núcleo da metrópole: dos 679 setores censitários (e também aqui o IBGE não considerava a existência de qualquer “favela” neste município) 16,49% estavam neste pior tipo.

Os territórios onde hoje se localizam Itaboraí e São Gonçalo, foram povoados logo após a fundação da cidade do Rio de Janeiro, quando as terras no entorno da Baía de Guanabara foram doadas como sesmarias. Assim, ainda em tempos coloniais estes espaços foram abarcados pelo chamado ciclo da cana-de-açúcar, que espalhou esta cultura pelo litoral do Brasil.

No século XX, Itaboraí aderiu à fruticultura, com destaque para a produção de laranja, e entrou em novo ciclo de atividade canavieira. Com a crise da agricultura nos anos 1950 no Estado do Rio de Janeiro, o esvaziamento econômico redundou na utilização das terras para fins de loteamento e moradia.

São Gonçalo segue em traços gerais este mesmo caminho de desenvolvimento com uma exceção: a proximidade direta com a cidade de Niterói, capital do antigo Estado do Rio de Janeiro possibilitou um maior desenvolvimento do setor de serviços e a atração de capitais industriais. Assim, até a década de 1960 o município possuía um parque industrial – ainda que de pequeno porte. Esta incipiente industrialização, no entanto, entra em crise a partir desta década e hoje, São Gonçalo concentra indústrias basicamente no ramo de beneficiamento de produtos da pesca. A história agrícola repete sem maiores variações a do município de Itaboraí, porém com especialização única na citricultura.

As áreas de ambos os municípios que foram escolhidas para o estudo mais detalhado têm algumas características básicas: precariedade ao nível de serviços de infra-estrutura urbanos; distância em relação aos centros administrativos e comerciais da metrópole e; precariedade das ações públicas de saúde e educação.

Assim trabalhamos com um bairro de aproximadamente 40.000 domicílios situado em São Gonçalo e outro com 292 domicílios, situado em Itaboraí. Ambos foram até os anos 50, áreas de produção de citricultura e nesta década são loteados. O primeiro é ocupado já intensamente neste momento. O segundo é ocupado com ritmo mais lento até o início dos anos 1970 e de forma mais sistemática a partir daí.

No total de 692 questionários aplicados, entre vários outros elementos, procuramos levantar dados que nos dessem a compreensão das relações entre a “cor”¹ ou raça² e a performance dos chefes e conjugues entrevistados no que

¹ Nesta artigo estamos trabalhando com a pressuposição de que, no contexto brasileiro, a “cor” equivale à representação ainda que figurada da idéia de raça. Mais precisamente, acreditamos que “...alguém só pode ser classificado num grupo de cor se existir uma ideologia em que a cor das pessoas tenha algum significado. Isto é, as pessoas têm cor apenas no interior de ideologias raciais” (GUIMARÃES, 1999 : 44).

tange à escolaridade e à ocupação. Os dados coletados, depois de organizados, foram analisados e nos mostraram diferenças importantes entre brancos e afro-descendentes que habitavam aquelas mesmas áreas periféricas de concentração de pobreza metropolitana.

Antes, porém, de passar à exposição destes dados, faz-se necessário discutir de forma introdutória alguns elementos que a literatura recente acerca das relações raciais no Brasil tem apontado em relação a interpenetração entre a escolaridade, a situação ocupacional e a mobilidade social da população negra.

2 – Chances negadas: raça, escolaridade e mobilidade social no Brasil .

Em estudo recente, PASTORE e SILVA (2000) afirmam que a lógica da mobilidade social no Brasil sofreu uma substancial mudança entre 1976 e 1996. Desde os anos 1950 até a década de 70, predominava entre nós o que podemos denominar como “mobilidade estrutural”, que se relaciona diretamente a alterações na composição do mercado de mão-de-obra. O intenso processo de migração rural-urbana que o país atravessou desde a metade do século XX, com a consequente explosão populacional das áreas metropolitanas, aliado à recomposição na agricultura nacional, fez com que a ocupação rural diminuísse enormemente seu potencial de absorção de trabalhadores, enquanto que as ocupações urbanas cresciam.

No período que vai de 1976 até 1996, a mobilidade social passa a ser de matriz mais “circular”. Não ocorrem alterações significativas no equilíbrio do emprego rural e urbano e na migração campo cidade (esta começa a arrefecer já nos anos 1970). A crise dos anos 1990, em conjunto com a forma de operação econômica movimentada pelo Estado brasileiro nesta década, provoca a expansão do desemprego e do trabalho precário, que potencializam a competição no mercado de trabalho. Neste sentido, o peso de variáveis como qualificação e escolaridade da mão-de-obra também aumentam.

PASTORE e SILVA (2000) investigam como os processos de mobilidade social neste período se diferenciam por “cor”. Para os autores, a faixa de escolaridade e o *status* ocupacional do pai aparecem como fatores fundamentais que condicionam a escolaridade e o *status* ocupacional do filho. A concentração de afro-descendentes em patamares inferiores de escolaridade sobredetermina, portanto, a situação desprivilegiada deste grupo racial no conjunto das posições de ocupação e renda e conseqüentemente, impacta suas possibilidades de mobilidade social ascendente.

Para esta investigação os autores agregam as mais de 300 categorias ocupacionais definidas pela PNAD/IBGE em 06 grupos assim definidos: Baixo-inferior (trabalhadores rurais não qualificados - pescadores, agricultores

² Usamos os termos “raça” e “racial” não em sentido biológico, mas sim como indicadores de origens e trajetórias históricas comuns, ou seja como “atributo socialmente elaborado” (HASENBALG, 1991).

autônomos, etc); Baixo-superior (trabalhadores urbanos não qualificados - empregados domésticos, ambulantes, trabalhadores braçais, serventes, vigias, etc); Médio-inferior (trabalhadores qualificados e semi-qualificados - motoristas, pedreiros, mecânicos, carpinteiros, etc); Médio-médio (trabalhadores não-manuais - auxiliares administrativos, profissionais de escritório, pequenos proprietários, etc); Médio-superior (profissionais de nível médio e médios proprietários - administradores e gerentes, encarregados, chefes no serviço público, etc); Alto (profissionais de nível superior e grandes proprietários - empresários, professores de ensino superior, advogados, médicos, oficiais militares, etc).

Investigando, a partir dos dados da PNAD de 1996, os homens entre 35 e 49 anos por "cor" ou raça, os autores verificam que as rotas médias de mobilidade entre brancos e afro-descendentes são idênticas até o tipo Médio-inferior. A partir deste ponto, enquanto os filhos de brancos em maioria se mantêm sempre no mesmo grupo ocupacional do pai, os filhos de afro-descendentes em maioria caem para grupos ocupacionais inferiores. Mais precisamente, os filhos de pais brancos que atuavam no tipo Médio-médio ficam em maioria neste mesmo tipo; já os filhos de pais afro-descendentes que atuavam neste tipo, aparecem em maioria no tipo Médio-inferior. A mesma coisa se verifica nos tipos Médio-superior e Alto. A maioria dos filhos de pais brancos, mantém a posição ocupacional respectiva e a maioria dos filhos de pais afro-descendentes ficam na categoria ocupacional Médio-inferior.

A contundência destes dados merece que os vejamos de forma numérica. Em 1996, considerando a amostra citada acima, enquanto somente 29,04% dos filhos de brancos do tipo Baixo-inferior estão neste tipo ou no tipo Baixo-superior; entre os filhos de pardos esta taxa é de 35,71 %, chegando a 39,24% entre os filhos de pretos.

Na outra ponta, 38,54% dos filhos de pai do tipo Alto permanecem neste tipo quando adultos. Entre os filhos de pretos estes são 18,18% e entre os filhos de pardos 17,89%. No que tange ao tipo Médio-superior, 51,73% dos filhos de pais brancos deste grupo aí permanecem ou migram para o tipo Alto. Já entre os filhos de pais pretos, estes são 30,75% e entre os filhos de pais pardos 35,95%.

Ou seja, pretos e pardos que possuem pai em grupo de *status* ocupacional Alto, têm muito mais possibilidades que os brancos de uma mobilidade social descendente.

Tomando os dados da PNAD de 1996 de forma mais "fotográfica", PASTORE e SILVA (2000: 88) afirmam que nesta data, estavam nos tipos Baixo-inferior e Baixo-superior 36,4% dos brancos, 48,4% dos pretos e 53,7% dos pardos. Já nos tipos Médio-inferior, Médio-médio e Médio-superior estavam 54,9% dos brancos, 49,4% dos pretos e 44,5% dos pardos. Por último, no grupo Alto, estavam 8,7% dos brancos, 1,9% dos pretos e 2,2% dos pardos.

Tais diferenças se relacionam diretamente com as performances de escolaridade. Como mostram PASTORE e SILVA (2000: 93), 64,8% dos filhos de pais brancos do tipo Alto chegam à 12 anos e mais de escolaridade. Entre os filhos

de afro-descendentes com a mesma posição ocupacional, somente alcançam os 12 anos e mais de estudos 24,3%.

Na outra ponta, entre os filhos de brancos do grupo ocupacional Baixo-superior, um total de 19,8% chega aos 12 anos e mais de estudos. Já entre os filhos de afro-descendentes somente 6,7% chegam à este patamar de escolaridade.

Assim, os autores concluem que "... o núcleo duro das desvantagens que pretos e pardos parecem sofrer se localiza no processo de aquisição educacional" (PASTORE e SILVA, 2000: 96).

Por último, é importante lembrar ainda que, como mostrou recentemente HENRIQUES (2001), as políticas universais de aumento da cobertura educacional não conseguiram diminuir a histórica diferença entre os anos médios de escolaridade de brancos e afro-descendentes. Em 1999 os primeiros, com 25 anos de idade, tinham 8,4 anos de estudos em média; os afro-descendentes na mesma idade tinham 6,1. Apesar do aumento dos anos médios de estudos dos dois grupos raciais durante o século XX, esta diferença de 2,3 anos, no entanto, se mantém praticamente inalterada a partir de 1929 (HENRIQUES, 2001 : 27).

Mesmo considerando somente a década de 1990, os afro-descendentes apresentam, em todos os anos e em todos os segmentos de ensino, performances de desempenho inferiores aos brancos. Assim, em 1999, 8% dos negros situados na faixa etária entre 15 e 25 anos são analfabetos, enquanto os brancos na mesma faixa são somente 3%. A ausência da escola no período de 7 a 13 anos de idade, atinge 5% das crianças afro-descendentes e 2% das crianças brancas. Já na faixa entre 18 e 23 anos, enquanto 63% dos brancos não chegaram à completar o ensino secundário; este percentual entre os afro-descendentes é de 84%. Tomando agora a faixa entre 18 e 25 anos de idade, 11% dos jovens brancos haviam chegado ao ensino superior; entre os afro-descendentes estes são somente 2%.

As agregações de dados quantitativos com as quais os estudos de PASTORE e SILVA (2000) e HENRIQUES (2001), citados acima, trabalham, têm como escopo o conjunto das áreas investigadas pela PNAD do IBGE. Trata-se de pesquisa amostral, que procura mapear a realidade nacional. Neste sentido, alguém pode se sentir tentado a dizer que as diferenças de *status* ocupacional e de escolaridade média entre brancos e afro-descendentes, poderiam ser resumidas na diferença de presença destes segmentos nos contingentes pobres da população, o que realimentaria as diferenças de performance a partir daí.

Se de fato a pobreza brasileira é muito mais negra do que branca, como aponta de forma cristalina o estudo de HENRIQUES (2001), pretendemos mostrar, a partir de dados empíricos por nós coletados, que mesmo entre grupos populacionais que habitam áreas extremamente pobres e degradadas que compõem uma malha metropolitana, é possível identificar diferenças que refletem uma situação pior para os negros.

Assim, se podemos dizer que, em escala nacional, os negros estudam menos do que os brancos porque – entre outras variáveis – são mais pobres do

que estes; os dados que coletamos nos dizem que mesmo entre segmentos populacionais homogeneamente pobres, onde brancos e negros dividem as mesmas ruas sem calçamento e com esgoto a céu aberto, na mesma e degradada periferia, os mecanismos da desigualdade racial operam mantendo os índices de escolaridade e ocupação dos pobres negros em patamares piores que os dos pobres brancos.

3 – A clivagem racial em meio à pobreza metropolitana.

Na população total da região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 1991, os afro-descendentes eram 44,99% dos habitantes. No município do Rio de Janeiro, núcleo desta metrópole este grupo racial era nesta data 38,59% da população residente. Já na periferia da metrópole, a concentração de afro-descendentes começa a subir: 49,47% da população de São Gonçalo e 59,76% da população de Itaboraí neste ano. Trata-se de um contínuo de segregação espacial que se abate sobre a população afro-descendente e que não para por aí. Nos bairros periféricos que estudamos, áreas mais pobres que os pobres municípios onde se situam, a configuração racial dos chefes e conjugues é a seguinte:

Tabela 1 – Cor ou raça de chefes e conjugues entre a população pesquisada.

Cor ou raça	Bairro da periferia de São Gonçalo		Bairro da periferia de Itaboraí	
	Nº	%	Nº	%
Branco	286	41,39	174	33,85
Preto	102	14,76	61	11,87
Pardo	295	42,69	279	54,28
SI*	8	1,16	0	0
Total	691	100	514	100

* Sem identificação

Como vemos na tabela 1, a distribuição por "cor" ou raça dos 1205 chefes de família e conjugues que pertencem às famílias pesquisadas em julho de 2000 num bairro da periferia de São Gonçalo e em outro da periferia de Itaboraí, é diferente daquela que o próprio IBGE apontava para o conjunto da população residente nestes municípios em 1991. Tínhamos neste ano, para São Gonçalo, 49,91% de brancos, 39,78% de pardos, 9,69% de pretos, 0,03% de amarelos, 0,06% de indígenas e ainda 0,20% de não declarantes (o que configurava uma população negra ou afro-descendente de 49,47%). Já na área pesquisada deste município não encontramos no ano 2000 nenhum chefe ou conjugue amarelo ou

indígena; enquanto isto, os brancos eram 41,39%, os pardos 42,69%, os pretos 14,76 e os não declarantes 1,16% (o que configura entre os chefes e conjugues um percentual de 57,45% negros ou afro-descendentes).

É interessante verificar, que mesmo no âmbito deste bairro periférico, há diferenças de alocação da população por "cor" ou raça. Na tabela acima vemos o total de chefes e cônjuges por "cor" ou raça, compreendidos nas 05 áreas em que dividimos este bairro para fins de aplicação dos questionários sócio-econômicos. Como vimos nesta tabela, os brancos são 41,39% da população de todas as áreas e os afro-descendentes 57,45%; no entanto, se tomarmos a área 1, que entre as 05, possui o maior número de ruas urbanizadas e que está recebendo um conjunto de melhoramentos urbanísticos por parte do Governo do Estado do Rio de Janeiro, veremos que os chefes e cônjuges brancos são 46,94% e os chefes e cônjuges afro-descendentes são 51,02%. Já na área 4, que têm a pior caracterização urbanística dentre estas 05 áreas do bairro, os chefes e cônjuges brancos são somente 28,44%, enquanto os afro-descendentes chegam ao enorme montante de 68,81%.

Por isto nos referíamos acima a um contínuo de segregação espacial por raça. O percentual de afro-descendentes na população vai crescendo quando nos afastamos do núcleo da metrópole e chegamos aos municípios periféricos; aumenta ainda mais quando chegamos aos bairros mais pobres e afastados destes municípios, e ainda cresce quando observamos as áreas mais destituídas de infraestrutura urbana dentro destes bairros pobres.

Tomemos agora o bairro periférico de Itaboraí, que também estudamos. O IBGE apontava para 1991, uma distribuição racial da população residente neste município que configurava 39,58% de brancos, 49,19% de pardos, 10,57% de pretos, 0,02% de amarelos, 0,10% de indígenas e ainda 0,20% de não declarantes (o que totaliza uma população afro-descendente de 59,76%). Em 2000, entre os chefes e cônjuges no bairro periférico pesquisado, não encontramos amarelos ou indígenas; os brancos eram 33,85%, os pardos 54,28% e os pretos 11,87% (o que configura entre os chefes e cônjuges um percentual de 66,15% afro-descendentes).

As duas tabelas abaixo mostram a escolaridade alcançada pelos chefes e cônjuges de ambos os bairros periféricos estudados.

Tabela 2 – Escolaridade de chefes e cônjuges da população pesquisada, por “cor” ou raça, no bairro da periferia de São Gonçalo

Escolaridade	Cor ou raça			
	Branco s	%	Negros	%
Analfabeto	9	3,61	15	4,20
Ensino fundamental incompleto	120	48,19	221	61,90
Ensino fundamental completo	60	24,10	61	17,09
Ensino médio incompleto	9	3,61	7	1,96
Ensino médio completo e mais	35	14,06	37	10,36
SI*	16	6,43	16	4,48
Total	249	100%	357	100%

* Sem informação

Tabela 3 – Escolaridade de chefes e cônjuges da população pesquisada, por “cor” ou raça, no bairro da periferia de Itaboraí.

Escolaridade	Cor ou raça			
	Branco s	%	Negros	%
Analfabeto	18	10,34	49	14,41
Ensino fundamental incompleto	107	61,49	227	66,96
Ensino fundamental completo	21	12,07	25	7,35
Ensino médio incompleto	7	4,02	8	2,35
Ensino médio completo e mais	17	9,77	30	8,84
Total	170	100%	339	100%

Alguns elementos das tabelas acima devem ser ressaltados. Primeiro, a taxa de analfabetismo de chefes e conjugues é menor entre brancos do que entre os negros em ambos os bairros periféricos. Além disto, chefes e cônjuges afro-descendentes são mais presentes na escolaridade relativa ao ensino fundamental incompleto do que os brancos e sempre menos freqüentes a partir daí, em ambos os bairros periféricos que investigamos.

Somando os chefes e cônjuges que não chegaram a acessar o ensino médio, temos no bairro periférico de São Gonçalo 75,90% de brancos e 83,19% de negros, no bairro periférico de Itaboraí encontramos respectivamente 83,91% de brancos e 88,72% de negros.

Trata-se – no caso dos moradores em geral de ambos os bairros – de uma população homogeneamente desprovida dos requisitos educacionais necessários

para a luta pelos melhores lugares do mercado de trabalho metropolitano, principalmente nestes tempos de globalização produtiva, informatização e requisitos de alta produtividade. Apesar disto, os negros entram ainda de forma mais desfavorável nesta competição.

No que tange ao desemprego e ao subemprego dos chefes de família, encontramos também uma relativa clivagem racial. Não foi possível mapear a soma de desempregados e subempregados no bairro da periferia de São Gonçalo. Fizemos um tal mapeamento somente para o bairro estudado na periferia de Itaboraí. Trabalhamos com o critério de auto-definição do entrevistado acerca de sua situação ocupacional e agregamos os desempregados e aqueles que se denominavam como "fazendo biscates". Assim, encontramos os números abaixo:

Tabela 4 – PEA e desemprego entre os chefes de família por cor ou raça no bairro da periferia de Itaboraí

Situação ocupacional	Cor						Total	% desemprego
	Branco	% desemprego	Preto	% desemprego	Pardo	% desemprego		
PEA Desempregado s/ Fazendo biscates	75	25,33%	32	31,25%	109	37,61%	216	32,40%
	19		10		41		70	

Vale ressaltar, de início, que este índice de desemprego expressa a situação de miséria e destituição deste bairro. Apesar de todos os problemas que a metodologia para mensuração do desemprego utilizada pelo IBGE carrega (BRANDÃO, 2002), devemos lembrar que este instituto apontava para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no mesmo mês em que aplicamos os questionários naqueles dois bairros (julho de 2000), uma taxa da ordem de 5,44%. Se a taxa que os chefes brancos residentes neste bairro apresentam, já é muito mais alta que esta, a taxa dos pretos e pardos em conjunto, que chegava à 36,17%, a suplanta em quase 11 pontos percentuais.

Há também significativas diferenças no que tange à distribuição ocupacional de chefes e cônjuges, nestes dois bairros de concentração de pobreza urbana. De início entre a área melhor urbanizada (que concentra menor índice de afro-descendentes) e a área pior urbanizada (que concentra maior índice de afro-descendentes) do bairro da periferia de São Gonçalo, já encontramos uma disparidade relativa ao montante de ocupados sob as situações tendencialmente mais precárias. No conjunto deste bairro, 03 ocupações somam 41,47% do total

da população ocupada, são estas: "trabalhador em obras e na construção civil", "trabalhador doméstico" e "comerciário". Na área pior urbanizada, estas 03 categorias reúnem 41,89% dos ocupados, enquanto que na área melhor urbanizada somente 30,93% estão alocados nestas ocupações.

Do ponto de vista da separação estritamente racial, os chefes de família ocupados nestas três categorias acima são 29,41% dos chefes brancos e 30,99% dos chefes afro-descendentes.

Se isolarmos somente a categoria "trabalhador doméstico", veremos que enquanto estes são 13,96% da amostra do total das 05 áreas pesquisadas, são 10,31% dos ocupados da amostra da área 1 e nada menos que 20,27% dos ocupados na amostra da área 4. Ainda na perspectiva racial, encontramos 3,36% de chefes brancos como empregados domésticos e 11,11% de chefes negros nesta situação.

Neste mesmo bairro, se isolarmos também as categorias sócio-ocupacionais que podemos muito amplamente denominar de subproletariado³, ou seja os "empregados domésticos", os "ambulantes" e os "biscateiros", veremos que do total de chefes e cônjuges brancos, 9,24% estão aí ocupados, enquanto os afro-descendentes seriam 16,37%.

Tomando somente os chefes de família, entre os que estão ocupados como "trabalhador de obras e da construção civil", encontramos 19,40% dos brancos e 32,35% dos afro-descendentes.

Já no bairro da periferia de Itaboraí, as ocupações "trabalhador em obras e na construção civil", "trabalhador doméstico" e "comerciário" somam 45,43% da população ocupada, mas somente 38,80% dos chefes de família brancos ocupados e 51,47% dos chefes de família negros ocupados.

Já os chefes de família que pertencem ao subproletariado, são 19,40% dos brancos e 20,58% dos negros. Se desagregarmos os empregados domésticos, veremos que estes são 13,43% dos chefes brancos e 15,09% dos afro-descendentes.

Os "trabalhadores em obras e na construção civil", por sua vez, também reúnem um percentual maior dos chefes de família afro-descendentes (32,55% destes) do que dos chefes de família brancos (19,40% destes).

No subproletariado encontramos diferenças pequenas, mas ainda uma situação pior para os afro-descendentes: 19,40% dos chefes brancos estariam neste grupo, contra 20,58 dos chefes negros.

Como derivação dos dados até aqui apresentados, encontramos também uma clivagem racial no que tange à renda destes chefes de família marcados pela pobreza metropolitana. Vejamos a tabela abaixo:

³ Conforme indicação de RIBEIRO (2000).

Tabela 5 – Renda individual dos chefes de família, por cor ou raça, nos dois bairros periféricos estudados.

Renda em salários mínimos	Bairro da periferia de São Gonçalo		Bairro da periferia de Itaboraí					
	Branco s	%	Negros	%	Branco s	%	Negros	%
até 2 s	70	44,87	109	51,90	56	58,33	132	67,34
+ de 2 s	63	40,38	79	37,61	34	35,41	54	27,55
SI*	23	14,74	22	10,48	6	6,25	10	5,19
Total	156	100	210	100	96	100	196	100

*Sem indicação

Como podemos verificar, os chefes de família afro-descendentes de ambos os bairros se encontram mais presentes que os brancos na faixa de renda individual até 2 salários mínimos mensais, e menos presentes na faixa acima de dois salários mínimos mensais. Vemos ainda que, em geral, a renda individual dos chefes de família é mais alta no bairro da periferia de São Gonçalo; no entanto, é no ainda mais pobre bairro da periferia de Itaboraí que as diferenças entre os dois agrupamentos raciais se configura ainda maior nesta variável.

4 – Considerações finais

Para finalizar, queremos somente ressaltar que a clivagem racial encontrada nestes espaços periféricos de concentração de pobreza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro “salta” dos números apresentados acima.

Em um dos bairros pesquisados o contínuo de segregação espacial a partir da raça, se mostra em detalhes. Trata-se do bairro da periferia de São Gonçalo, que é internamente heterogêneo no que tange à urbanização. Neste, vemos também a heterogeneidade na concentração racial dos moradores. A sua área mais degradada do ponto de vista da infra-estrutura urbana (a área 4) concentra um percentual muito maior de chefes e conjugues afro-descendentes do que o conjunto das cinco áreas que compuseram a amostra. Já a área melhor urbanizada (a área 1) é a que concentra o menor percentual destes. No mesmo movimento encontramos na área 4 as piores condições no que tange à questão do esgoto, da coleta de lixo e da iluminação pública. Nesta área 4, onde os chefes e conjugues

afro-descendentes são 68,81%, encontramos ainda as menores taxas de escolaridade dos maiores de 14 anos e a maior proporção relativa de ocupados naquelas atividades mais desqualificadas do mercado de trabalho metropolitano.

Para além desta diferença entre as áreas que compõem um dos bairros; verificamos em ambos uma clivagem racial expressa em vários elementos discutidos aqui: em relação aos brancos, os afro-descendentes apresentam maior percentual de chefes de família e cônjuges atuando no emprego doméstico, analfabetos, nas faixas inferiores de escolaridade; além de maior percentual de chefes de família nas ocupações que compõem a classe do "subproletariado", bem como de chefes de família desempregados. Trata-se portanto de um conjunto de diferenças de performance, que se estendem da formação escolar ao mercado de trabalho, que nos dizem que nestes pobres bairros periféricos, onde os brancos são a parte menor da população, os afro-descendentes ainda carregam a tendência a serem, na média, mais pobres e menos escolarizados que os pobres e pouco escolarizados brancos.

Neste sentido, os resultados de nossa pesquisa empírica, nos permitem afirmar que mesmo as mais severas condições de pobreza, não promovem uma completa homogeneização sócio-econômica entre brancos e afro-descendentes, e isto nos mostra, portanto, a impossibilidade de reduzir a "questão racial" no Brasil a uma "questão de classe social" – a menos que queiramos, repetindo os erros do passado, lançar uma densa cortina de fumaça sobre a configuração das relações étnico-raciais entre nós. Mas tais resultados, nos mostram também, que as políticas voltadas de forma universal para as populações mais pauperizadas, apesar de muito bem vindas frente ao nosso panorama social, não resolverão os problemas relacionados com as desigualdades de fundo racial que persistem com força mais de 110 anos após o fim da escravidão negra no país.

Bibliografia

BRANDÃO, André Augusto P. Os Novos Contornos da Pobreza Urbana: espaços sociais periféricos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, UERJ, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Racismo e Anti-racismo no Brasil. São Paulo, Editora 34, 1999.

HENRIQUES, Ricardo. "Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90." IPEA, Textos para Discussão Nº 807, 2001.

RIBEIRO, L. C de Q. "Cidade desigual ou cidade partida ? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro." In: RIBEIRO, L.C de Q. O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ-FASE e Editora Revan, 2000

SILVA, N. do Valle e PASTORE, José. Mobilidade Social no Brasil. São Paulo, Macron Book, 2000.

VALLADARES, L. & PRETECEILLE, E. "Favela, favelas: unidade e diversidade da favela carioca" In: RIBEIRO, L.C de Q. O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ-FASE e Editora Revan, 2000.